



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA**  
ESTADO DO PARANÁ

**LEI Nº 2167/2009, de 08 de dezembro de 2009**

Estima a receita e fixa a despesa do Município de Coronel Vivida, Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 2.010.

**AUTORIA:** Executivo Municipal

**A CÂMARA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:**

**Art. 1º** - Fica aprovado o Orçamento Geral do Município de Coronel Vivida, Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 2.010, nos termos da Constituição Federal, Lei 4.320/64, Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e Lei de Diretrizes Orçamentárias, discriminado pelos anexos integrantes desta Lei, que estima a Receita em R\$ 38.152.700,00 (trinta e oito milhões, cento e cinquenta e dois mil, e setecentos reais) e fixa a Despesa em igual importância.

**Art. 2º** - A Receita será realizada mediante arrecadação de tributos e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente e das especificações constantes do Anexo I, de acordo com o seguinte desdobramento:

<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>38.192.062,00</b>
Receita Tributária	3.637.788,70
Receita de Contribuições	709.000,00
Receita Patrimonial	408.500,00
Receita Agropecuária	20.000,00
Receita de Serviços	651.000,00
Transferências Correntes	28.001.500,00
Outras Receitas Correntes	4.764.273,30
DEDUÇÕES PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	(-) 3.618.000,00
Dedução - Restituições	(-) 5.232,00
Dedução - Outras Deduções	(-) 130,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>3.584.000,00</b>
Operações de Crédito	1.820.000,00
Alienação de Bens	338.000,00
Transferências de Capital	430.000,00
Outras Receitas de Capital	996.000,00
<b>TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>38.152.700,00</b>

**Art. 3º** - A despesa será realizada segundo a discriminação dos quadros que integram esta lei e terá o seguinte desdobramento:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA**  
ESTADO DO PARANÁ

**01 - POR FUNÇÃO DE GOVERNO**

01 - Legislativa	1.000.000,00
04 - Administração	3.891.200,00
06 - Segurança Pública	265.000,00
08 - Assistência Social	2.376.000,00
10 - Saúde	9.460.500,00
12 - Educação	9.677.000,00
13 - Cultura	269.000,00
15 - Urbanismo	2.388.000,00
16 - Habitação	140.000,00
17 - Saneamento	105.000,00
18 - Gestão Ambiental	575.000,00
20 - Agricultura	1.172.000,00
22 - Indústria	1.370.000,00
26 - Transporte	2.546.000,00
27 - Desporto e Lazer	498.000,00
28 - Encargos Especiais	2.190.000,00
99 - Reserva de Contingência	230.000,00
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>38.152.700,00</b>

**02 - POR CATEGORIAS ECONÔMICAS**

DESPESAS CORRENTES	31.609.700,00
DESPESAS DE CAPITAL	6.313.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	230.000,00
<b>TOTAL DA DESPESA</b>	<b>38.152.700,00</b>

**03 - POR ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO**

<b>01 - PODER LEGISLATIVO</b>	<b>1.000.000,00</b>
0100 - Câmara Municipal	1.000.000,00
<b>2 - PODER EXECUTIVO</b>	<b>37.152.700,00</b>
0200 - Governo Municipal	799.000,00
0300 - Secretaria Municipal de Administração	3.266.200,00
0400 - Secretaria Municipal da Fazenda	2.281.000,00
0500 - Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto	10.444.000,00
0600 - Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Humana	11.836.500,00
0700 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural	1.422.000,00
0800 - Secretaria Municipal de Obras , Viação e Urbanismo	5.299.000,00
0900 - Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo	1.575.000,00
<b>9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>230.000,00</b>
<b>TOTAL DA DESPESA</b>	<b>38.152.700,00</b>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA**  
ESTADO DO PARANÁ

**Art. 4º.** O Poder Executivo fica autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 15% (quinze por cento) do orçamento das despesas, servindo como recursos os constantes do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1.964.

**Art. 5º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder por Decreto, até o limite de 10% (dez por cento) das dotações definidas neste orçamento, a compensação, conversão ou criação de fontes de recursos ordinários, vinculados ou próprios dos Projetos/Atividades/Operações Especiais e das Obras, sem lhes alterar o valor global, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta Lei. Não serão computados neste limite os créditos adicionais abertos com base nos artigos 4º e 6º desta Lei.

**Art. 6º** - Em decorrência ao disposto no artigo 66 e seu parágrafo único da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1.964, fica o Executivo Municipal autorizado a movimentar por Órgãos Centrais as dotações atribuídas às diversas unidades orçamentárias e redistribuir parcelas das dotações de pessoal e encargos sociais de uma para outra unidade.

**Art. 7º** - Fica a Câmara Municipal autorizada a abrir Créditos Adicionais Suplementares ao seu Orçamento, através de Resolução, servindo como recursos exclusivamente os constantes do artigo 43, § 1º, inciso III da Lei Federal n.º 4.320/64 de 17 de março de 1964.

**Art. 8º** - Nesta Lei a discriminação da despesa quanto à sua natureza é por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e elementos de despesa.

**Art. 9º** - Fica o Poder Executivo autorizado a utilizar os recursos vinculados à conta reserva de contingência, nas situações previstas no art. 5º, III da LRF e art. 8º da Portaria Interministerial n.º 163 de 04 de maio de 2001.

**Art. 10** - Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2.010.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 08 (oito) dias do mês de dezembro de 2009.

FERNANDO AURELIO GUGIK  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

ADEMIR ANTONIO AZILIERO  
Contabilista - CRC 25.365